



PARECER TÉCNICO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PARECER Nº 25100602-CGM

PROCESSO Nº IN043-2025

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE

SITUAÇÃO: Contratado

INTERESSADO: Secretaria Executiva Municipal de Saúde

ORDENADORA DE DESPESAS: Adriana Antunes R. S. Batista – Secretária Executiva Municipal de Saúde

CONTRATADO: Alcântara Imóveis LTDA – 61.664.489/0001-90

VALOR CONTRATADO: R\$ 63.756,00 (sessenta e três mil, setecentos e cinquenta e seis reais)

Locação de Imóvel. Inexigibilidade. Princípios da Administração Pública. Etapas processual. Justificativas. Declarações. Certidões. Constituição Federal/88. Lei Federal nº 14.133/2021. Decreto Municipal nº 1.245/2023.

Trata-se de solicitação de análise técnica da Controladoria Geral do Município, requerida através do Ofício nº 336/2025 exarado pelo Sr. Luiz Ozenéia dos Santos, Agente de Contratação, sobre a possibilidade de emissão de Parecer Técnico, que se refere aos autos de procedimento licitatório realizado na modalidade **Inexigibilidade**, tendo como objeto a **locação de imóvel localizado na Av. Piauí, nº. 3205, Bairro Mundial, sede do Município, para funcionamento da garagem, para guarda da frota de veículos da Secretaria Executiva Municipal de Saúde-SEMSA.**

O processo administrativo em epígrafe, encontra-se regulamentado no inciso V, *caput* do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, registrado no Estudo Técnico





Preliminar, com fundamentação legal para a contratação pretendida, assim dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

(...)

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Destarte, ressalta-se que a apreciação da matéria posta em debate restringe-se aos seus aspectos exclusivamente técnicos, excluídos da análise jurídica, outrora efetivada pela Procuradoria Geral do Município, notadamente quanto à conveniência e oportunidade inerentes a qualquer contratação pública, devendo a autoridade competente se municiar de todas as cautelas para que os atos administrativos do processo sejam prestados apenas por quem é de direito.

É o conciso relatório.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Sistema de Controle Interno Municipal detém uma base legal sólida, fundamentada sobretudo na Constituição Federal de 1988, esta legislação suprema do país consagra específicos dispositivos à importância do Controle Interno na administração pública. A Constituição do Estado do Pará, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e a Lei





Orgânica do município de São Félix do Xingu tratam da relevância do Sistema de Controle Interno para os órgãos da Administração Pública Municipal, não desviando da Lei Complementar nº 133/2019 que instituiu a Controladoria Geral do Município e estabelece atribuições a seus controladores, dentre as determinações o exame técnico dos processos administrativos de licitação.

Na análise técnica em questão, foi empregada como instrumento principal a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, subsidiada pelo Decreto Municipal nº 1.245/2023, que aborda sobre as licitações e contratos com a Administração Pública Municipal de São Félix do Xingu, estado do Pará.

No entanto este Poder Executivo Municipal não afastou os princípios da administração pública, sendo: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, presentes no art. 37 da CF/88.

2. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

A formalização do processo administrativo em análise encontra-se instruído de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, sendo autuado, protocolado e numerado em volume único, com a seguinte documentação:

- Documento de Formalização da Demanda – DFD, inciso I, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 002-003);
- Solicitação de certificação de existência de imóvel público (fls. 004);
- Certidão do órgão de patrimônio de inexistência de imóveis públicos vagos, que atendam a necessidade, Inciso II, do § 5º, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 005);
- Solicitação de aprovação do Documento de Formalização da Demanda – DFD (fls. 006);
- Aprovação do DFD pela autoridade competente e solicitação de avaliação do imóvel (fls. 007);
- Solicitação para abertura de processo administrativo (fls. 008);
- Solicitação de proposta comercial (fls. 009);





- Proposta Comercial de Locação e documentação do locador (fls. 0010-0029/0069);
- Solicitação de vistoria do imóvel (fls. 0030);
- Laudo de Engenharia, com avaliação prévia do bem, Inciso I, do § 5º, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0031-0038);
- Autorização da Autoridade Competente, Inciso VIII, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0039);
- Termo de autuação de processo administrativo (fls. 0040);
- Publicação do Ato designatório da Comissão de Planejamento (fls. 0041-0043);
- Estudo Técnico Preliminar, inciso I, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0044-0048);
- Aprovação do Estudo Técnico Preliminar e determinação para elaboração do Termo de Referência (fls. 0049);
- Termo de Referência, inciso I, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0050-0055);
- Ato designatório e a ciência do gestor de contrato (fls. 0056);
- Ato designatório e a ciência do fiscal de contrato, art. 117, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0057);
- Solicitação de informação acerca da existência de recursos orçamentários (fls. 0058);
- Indicação do Recurso Orçamentário, Inciso IV, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0059);
- Relação de item com dotação orçamentária (fls. 0060);
- Aprovação do Termo de Referência (fls. 0061);
- Justificativa de contratação direta, razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço (fls. 0062);
- Justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel (fls. 0063);
- Razão da escolha do fornecedor (fls. 0064);
- Justificativa do Preço, Inciso VII, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0065-0066);
- Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (fls. 0067);





- Autorização para realização de Processo Licitatório (fls. 0068);
- Ato designatório dos Agentes de Contratação (fls. 0070-0072);
- Publicação do Ato designatório dos Agentes de Contratação (fls. 0073-0075);
- Solicitação de análise e parecer jurídico à Procuradoria (fls. 0076);
- Minuta de contrato (fls. 0077-0086);
- Parecer Jurídico, Inciso III, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021 (fls. 0087-0099);
- Contrato Administrativo nº 20250417 (fls. 100-107);
- Comprovante de Publicação do Extrato de Contrato no:
 - Diário Oficial da União (fls. 108);
- Solicitação de análise e parecer técnico à Controladoria (fls. 109).

3. DA ANÁLISE

3.1. Da Fase Interna

Os processos administrativos deverão ser autuados, protocolados, rubricados com a indicação do objeto, carta proposta, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, estudo técnico preliminar, termo de referência, justificativa para locação, autorizações, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 72 da Lei de Licitações nº 14.133/2021. No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo, observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente autuado e acompanhado das documentações necessárias.

3.2. Da Análise Jurídica

Está prevista no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual ultimada a fase preparatória da contratação o processo deverá ser encaminhado para o órgão de assessoramento jurídico da Administração Pública, que realizará o controle prévio de legalidade, mediante análise jurídica.





Assim, sustentamos que a regra do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021 abrange de igual forma e intensidade os processos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

Quanto ao aspecto jurídico e formal do Processo, a Procuradoria Geral do Município analisou a legalidade e concluiu pelo afastamento da licitação por inexigibilidade, fundamentando no Inciso III, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

O art. 10, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que se as autoridades competentes e os servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora e judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 da Lei 14.133/2021, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial, inclusive na hipótese de o agente público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.

3.3. Das Justificativas, Autorizações e Termo de Referência

Foram preenchidas as exigências quanto às autorizações necessárias, certidão negativa de débitos tributários com a fazenda pública e declaração referente ao não comprometimento do erário público, subscrita pela autoridade competente.

Ao que compete à justificativa referente ao acompanhamento do procedimento licitatório e da execução deste contrato, segue todas as especificações no termo de referência.

3.3.1 Da justificativa do valor

Os valores apresentados, foram alvitre de pesquisa de mercado e laudo técnico realizado pelo profissional **Kleber Chuva Ferreira**, Engenheiro Civil, CREA/PA 11.676-D, devidamente qualificado, que originou o valor mensal de





R\$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) e total contratado de R\$ 18.216,00 (dezoito mil, duzentos e dezesseis reais).

3.3.2 Da Autorização de abertura e contratação

O manifesto de abertura do processo administrativo foi autorizado pela Sra. Adriana Antunes Ribeiro Silva Batista após o cumprimento das etapas obrigatórias pelos demais agentes públicos de contratação.

3.3.3 Da Declaração de Inexistência de Imóvel

O Sr. Sonildo Sousa da Silva, Chefe do Departamento de Manutenção Patrimônio, lotado na Secretaria Executiva Municipal de Saúde, em análise realizada no banco de dados patrimonial daquele órgão, certificou a inexistência de imóvel disponível ou compatível para esta finalidade.

3.4. Da Fase Externa

A presente fase por sua vez, inicia-se com o Princípio da Publicidade, onde envolve a divulgação de informações pela Administração Pública. Esse princípio tem a finalidade de mostrar que o Poder Público deve agir com maior transparência possível, para que a população tenha conhecimento de todos os seus atos. Essa fase é assim chamada, porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração pública e passa a gerar efeitos no meio social.

4. DA LEGALIDADE DE INEXIGIBILIDADE

Passamos agora ao exame da legalidade da contratação do locatário Alcântara Imobiliária LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 61.664.489/0001-90, por inexigibilidade de licitação na forma do inciso V, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de possibilidade legal de afastamento da licitação, tendo respeitado os limites legais permitidos e sagrando a legalidade do presente





processo administrativo, sob o amparo do inciso V, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, frente a impossibilidade de competição.

5. DA HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Da síntese dos valores da propostas, constatou-se que os mesmos estão em conformidade com os estimados para a presente contratação.

Quanto a documentação apresentada pela contratada, confirmou-se que esta atendeu às exigências previstas nas normas vigentes.

Quanto à regularidade fiscal restaram comprovadas através das certidões anexas aos autos, estavam válidas e vigentes.

6. DO FISCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

É o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares, ou seja, é o acordo recíproco de vontades que tem por fim gerar obrigações recíprocas entre os contratantes. Assim como o particular, o Poder Público celebra contratos no intuito de alcançar objetivos de interesse público.

6.1. Vigência do Contrato Administrativo

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 105, da Lei nº 14.133/2021, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual. Tratando de serviços contínuos, poderá ser aplicado os dispostos dos artigos 106, 107 e 108, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Gestor de contrato

O gestor do contrato administrativo é o representante da administração pública responsável por gerenciar o contrato em nome do órgão ou entidade contratante, em conformidade com o art. 117 do Decreto





Municipal nº 1.245/2023 em consonância com o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. É válido ressaltar que, para o cumprimento legal dos dispositivos das normas vigentes e visando a melhor forma de execução do instrumento de contratação administrativa, o responsável pela unidade gestora deverá emitir portaria designando o Gestor de Contrato.

Foi encontrado nos autos a designação do servidor **Zenedilson Arrais Mendes**, para assumir a função de Gestor de Contratos.

6.3. Fiscal de contrato

Verifica-se na Legislação vigente, que a fiscalização da execução contratual é obrigatória, a recair sobre um Agente da Administração, designado pelo Ordenador de Despesa, que recebe essa incumbência como uma tarefa especial e com responsabilidade específica.

Consta nos autos a Portaria nº 067/2025, que designa o fiscal de contrato desta Unidade Gestora.

No procedimento administrativo de contratação em exame, consta a designação do servidor Sonildo Sousa da Silva, o qual realizará a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato alvitre final deste processo.

8. RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que seja observado o art. 42, *caput*, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.
- Recomendamos a realização de despesa, somente com recurso disponível em conta bancária.
- Recomendamos o pagamento de despesa, somente com regularidade fiscal comprovada, mediante apresentação de certidões necessárias.
- Recomendamos a publicação do processo no Portal Nacional de Contratações Públicas.





CONCLUSÃO

Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo licitatório em tela esgotou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno.

Face a todo o exposto, concluímos:

Que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária em conformidade com análise jurídica.

É verdadeiro ressaltar que, a geração de despesa é de inteira carga do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da Controladoria Geral do Município.

MANIFESTA-SE, portanto,

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA.

Retorne os autos ao responsável para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

São Félix do Xingu-PA, 06 de outubro de 2025.

Mayse Karolinne Canedo Amorim
Controladora Interna do FMS
Portaria nº 008/2025

Subscrevo,

Harlenilson Matos da Silva
Controlador Geral do Município
Decreto nº 108/2025

